



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

(PERÍODO DE 01 DE JANEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018)

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (IPSS)

Demonstrações Financeiras do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Página 1 |



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

Denominação Social: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO

Sede: Largo José Maria dos Santos, 25-A
Pinhal Novo
2955-119 PINHAL NOVO

Contribuinte: 502 073 748

Constituição: 09/01/1987

Atividade Principal: Ação Social à infância e a pessoas idosas



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

CORPOS GERENTES

Direção

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1^a Secretária – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2^a Secretária – Paula Passarinho Reis

Tesoureira – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 2018	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....	7
3. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	9
4. RESPOSTAS SOCIAIS E UTENTES	11
4.1. INFÂNCIA.....	12
4.2. IDOSOS	19
5. ATIVIDADES	22
5.1. BOUTIQUE AMIGA.....	22
5.2. VOLUNTARIADO	22
5.3. CONSIGNAÇÃO IRS	23
5.4. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.....	23
6. ACORDOS E PARCERIAS.....	23
6.1. ACORDOS COM O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL	23
6.2. PROGRAMAS E PROJETOS DO IEFP	24
6.3. REDES, PARCERIAS E COOPERAÇÃO.....	24
7. RECURSOS HUMANOS.....	25
7.1. QUADRO DE PESSOAL	25
7.2. FORMAÇÃO	26
7.3. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	26
7.4. MEDICINA DO TRABALHO	26
8. RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS DO EXERCÍCIO.....	27
8.1. INTRODUÇÃO	27
8.2. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
8.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	29
8.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (PREVISORIAL/REALIZADO).....	33
8.5. ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO.....	34
9. NOTA FINAL	39
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	41
.....	41
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	42
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (RESPOSTAS SOCIAIS).....	43
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017.....	44
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2018.....	45
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	46
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	46
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	47
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	48
2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	48
2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-ESNL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.....	49
2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR.	50



3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	50
3.1.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:.....	50
3.2.	PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.....	57
3.3.	PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	58
3.4.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	58
4.	FLUXOS DE CAIXA.....	58
5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	58
6.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	59
7.	INVENTÁRIOS	59
8.	RÉDITO	59
9.	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	60
10.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	60
11.	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	61
12.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	61
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	61
13.1.	INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	62
13.2.	CLIENTES/UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	62
13.3.	DIFERIMENTOS.....	63
13.4.	FUNDOS PATRIMONIAIS.....	63
13.5.	FORNECEDORES	63
13.6.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	64
13.7.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	64
13.8.	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	64
13.9.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	65
13.10.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	66
13.11.	OUTROS GASTOS E PERDAS	66
13.12.	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	66
13.13.	RESULTADOS FINANCEIROS	67
13.14.	ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO	67
13.15.	DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	67



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 2018

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto nos Estatutos do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo, a Direção elaborou o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS de 2018**, documento este que vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

O presente documento consiste no Relatório de Atividades e Contas de 2018 tem como principal objetivo a demonstração das tarefas realizadas durante o ano, a nível operacional e financeiro, delineada e aprovada no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

Operacional - relatando as atividades desenvolvidas no CSPPN durante o ano, dando destaque aos principais aspetos exigidos designadamente: missão, objetivos, valências, pessoal, parcerias, subsídios, donativos, projetos, entre outros; e

Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final foi submetida a aprovação da Direção e posteriormente ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer.

Após aprovação pelo Conselho Fiscal os documentos contabilísticos serão remetidos ao Senhor Bispo através da Curia Diocesana de Setúbal, sendo posteriormente submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo ISS.

A Direção está convicta que conseguiu alcançar as metas que se propôs para 2018, embora esteja consciente da dificuldade e exigência das mesmas. Acreditamos assim poder continuar a crescer, contando continuamente com todos quantos de forma generosa e desinteressada, continuam a acreditar no **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO** e na missão que a instituição prossegue. O ano de 2019 vai ser mais um passo nesse sentido!



2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (CSPPN) foi constituído em 09 de janeiro de 1987 por iniciativa da Fábrica da Igreja e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Setúbal.

O CSPPN foi criado para a prossecução dos seus fins próprios previstos nos seus Estatutos, sendo por isso uma entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, que, no exercício da sua atividade própria, não exerce fins ou comissões de outras entidades, sem prejuízo da sua articulação programática com outras pessoas jurídicas canónicas e da sujeição à legislação canónica universal e particular, especificamente em matéria de vigilância do Ordinário do lugar.

O Centro prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

O CSPPN, na prossecução dos seus fins, deverá orientar a sua ação sócio caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja, tendo em conta, entre outros, os seguintes princípios inspiradores e objetivos:

- a) A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- b) O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e moral de todos os paroquianos;
- c) A promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- d) A promoção de um espírito de integração comunitária de modo a que a população e os seus diversos grupos se tornem promotores da sua própria valorização;
- e) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo de trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- f) O desenvolvimento do sentido de solidariedade e da criação de estruturas de partilha de bens;
- g) A realização de um serviço da iniciativa da comunidade cristã, devendo assim proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus beneficiários e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos;
- h) Um incentivo do espírito de convivência humana como fator decisivo do trabalho em comum tendente à valorização integral das pessoas e das famílias;
- i) A prioridade à proteção das pessoas mais pobres e desfavorecidas ou atingidas por calamidades, mobilizando para tal os recursos humanos e materiais necessários à criação e manutenção de estruturas de apoio às famílias ou a determinados sectores da população, como aos idosos, aos jovens e às crianças;



- j) A resposta possível a todas as formas de pobreza, exercendo assim a sua finalidade sócio caritativa;
- k) Os benefícios da cooperação com os grupos permanentes ou ocasionais que, no âmbito local ou regional, se ocupem da promoção, assistência e melhoria da vida das populações;
- l) A utilidade de recurso a grupos de trabalho tecnicamente preparados e devidamente qualificados;
- m) O seguimento, na sua atividade, dos princípios católicos e a não-aceitação de compromissos que de alguma forma condicionem a observância destes princípios;
- n) O contributo para a solução dos problemas sociais, à luz da doutrina social da Igreja;
- o) A participação na ação social de toda a comunidade paroquial, em estreita cooperação com outras instituições e grupos de ação social e com a entreajuda cristã de proximidade;
- p) A escolha dos seus próprios agentes (funcionários, trabalhadores, colaboradores, auxiliares) de entre as pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica das obras de caridade;
- q) A procura em evitar financiamentos ou contribuições por entidades ou instituições que prossigam fins em contraste com a doutrina da Igreja;
- r) A aceitação da coordenação do Bispo diocesano em compatibilidade com a sua autonomia jurídica de acordo com os Estatutos.

Os fins e objetivos referidos anteriormente concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Creche Familiar e Pré-Escolar, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras;
- c) Apoio à Juventude, facultando-lhes Cursos de Formação Profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- d) Apoio à família;
- e) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras;
- f) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- g) Apoio à integração social e comunitária, nomeadamente dos imigrantes;
- h) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- i) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- j) Educação e formação profissional dos cidadãos;



- k) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- l) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, o CSPPN poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.

Para assegurar a organização e o funcionamento destas respostas sociais compete fundamentalmente, o desempenho e colaboração dos seus corpos gerentes e de todos os trabalhadores e demais colaboradores envolvidos.

O CSPPN tem a sua sede social em Pinhal Novo, Largo José Maria dos Santos, Nº 25-A, tendo como estabelecimentos o Centro de Dia que funciona no Nº 25 e a Creche e Jardim de Infância no Nº 14 do Largo José Maria dos Santos, Pinhal Novo.

3. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

A concretização dum conjunto de objetivos e de orientações globais e estratégicas está suportada na missão, valores e visão da Instituição que se designam da seguinte forma:

Missão - O CSPPN tem como missão fornecer à sociedade serviços que propiciem a melhoria das condições de vida e a promoção das famílias através de ações centradas na dignidade humana, nas áreas da infância, terceira idade, grupos sociais fragilizados, promovendo respostas sociais que visam o crescimento individual, baseados nos valores cristãos, ética, igualdade e solidariedade.

Valores/ Princípios:

- Respeito pelos Direitos Humanos;
- Igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade sexo ou condição social;
- Respeito pela identidade pessoal e reserva na intimidade da vida privada e familiar;
- Reputação excelente;
- Serviço ao utente em primeiro lugar.



Visão - Ser uma organização reconhecida pela qualidade de excelência da sua prestação de serviços comprometida com a melhoria da qualidade das instalações das respostas sociais de apoio à infância e terceira idade.

Política de Qualidade: - O CSPPN apoia a sua Política nos princípios da Gestão da Qualidade, de forma a sustentar um modelo de gestão integrado e coerente com as estratégias definidas.

Assim, assumimos como eixos estratégicos orientadores de uma cultura organizacional ativa e criativa, os seguintes:

Orientação Utente - Fidelização dos Utentes, através da interpretação das suas necessidades e expectativas.

Liderança - Gestão pelo exemplo orientada para uma cultura de melhoria contínua, assente em comportamentos e atitudes que promovam a motivação dos Colaboradores.

Envolvimento das Pessoas - Valorização pessoal e profissional, por forma à libertação do potencial de competências das pessoas, a nível individual e em equipa, visando o seu pleno envolvimento na construção de um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz e eficiente.

Abordagem por Processos - Adoção da gestão por processos, de uma forma gradual e contínua, mas sustentada, direcionada para a melhoria integrada de todas as atividades do Centro

Gestão como um Sistema - Práticas integradas na gestão do CSPPN e no alcançar de resultados, baseados em processos e procedimentos, envolvendo todos os níveis organizacionais.

Melhoria Contínua - Fazer mais, melhor para a resolução dos problemas conjunturais e estruturais e, consequentemente para aumentar a competitividade do CSPPN.

Decisões baseadas em factos - Decisões referentes a operações correntes e às melhorias planeadas, tomadas com base em informação fidedigna.

Parcerias com Fornecedores - Relações de benefícios mútuos com Fornecedores, assentes na confiança, na partilha dos conhecimentos e na integridade.



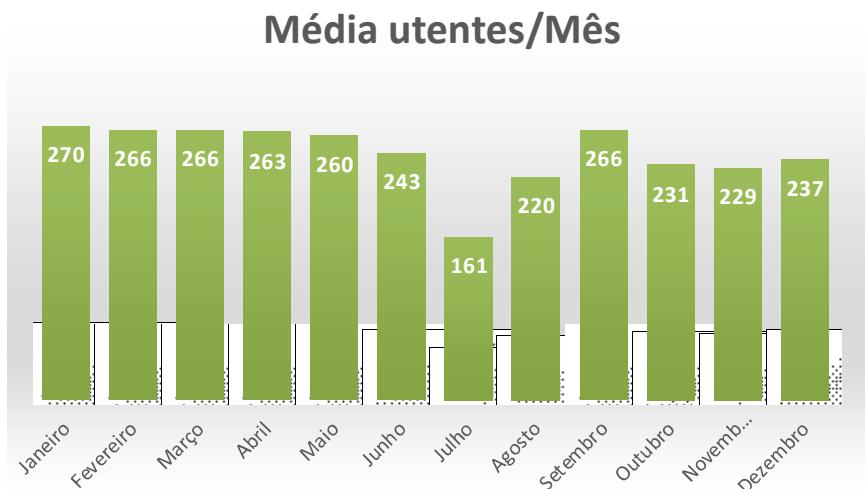
4. RESPOSTAS SOCIAIS E UTENTES

Durante o período findo em 2018 as respostas sociais que estavam em funcionamento eram as seguintes:

Na área da infância e juventude:

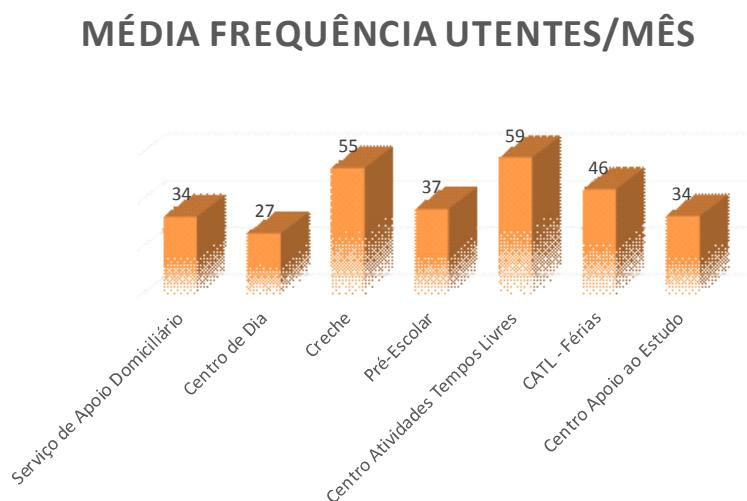
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Atividades Livres (CATL);
- Centro de Atividades Livres (Férias);
- Centro de Apoio ao Estudo.

O número médio de utentes foi de 243 (297 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:





A frequência média de utentes em cada uma das respostas social foi conforme gráfico abaixo:



4.1. INFÂNCIA

4.1.1. CRECHE

A resposta social de **CRECHE** desenvolvida no edifício próprio da Instituição pretende oferecer aos seus utentes, um contexto humanizado, personalizado e que tenha em conta as efetivas necessidades específicas de cada situação, tendo sempre como horizonte que os utentes são o centro de toda a atuação e que o meio familiar e social de um indivíduo é parte integrante das suas vivências.

A resposta social de **CRECHE** possui no seu regulamento interno definidos os seguintes objetivos:

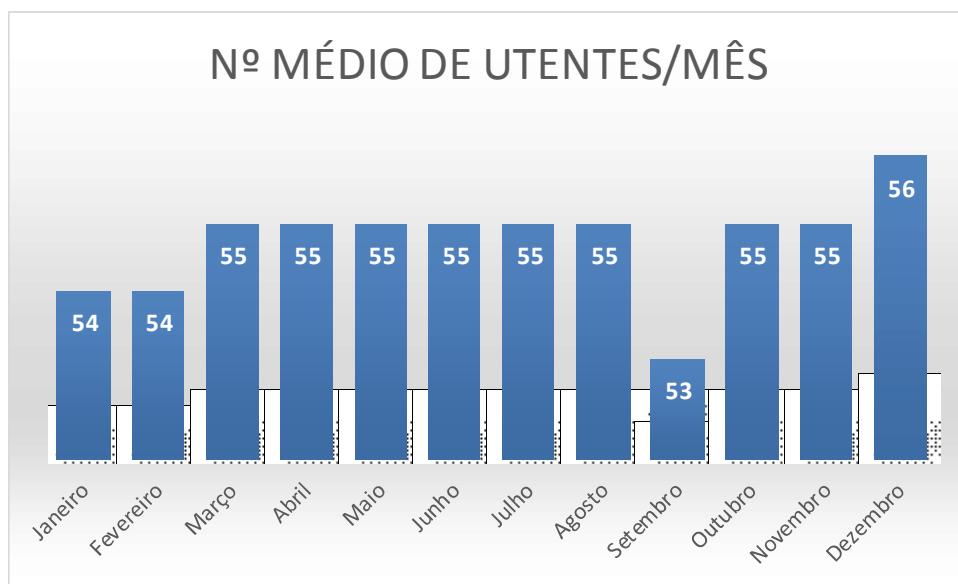
- a) Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva durante o afastamento parcial do seu meio familiar;
- b) Promover a creche (sala e a equipa de trabalho) como um parceiro privilegiado dos pais, na continuidade dos cuidados básicos e afetivos;
- c) Favorecer a individualização da criança respeitando os seus tempos, os seus ritmos e as suas preferências pessoais, potenciando o desenvolvimento psicoafectivo de cada uma;
- d) Criar momentos para que se crie uma relação de amizade e afetividade com a criança, a fim de as mesmas se sentirem seguras, amadas e num ambiente estável e harmonioso que contribua para um bom desenvolvimento das mesmas;



- e) Proporcionar à criança um contacto com o meio que a rodeia, para que se inicie o processo de socialização;
- f) Promover a nossa creche como um espaço que fique “registado” como positivo e construtivo na formação de cada criança.

4.1.2. FREQUÊNCIAS

A resposta social de Creche tem acordo de cooperação para 57 utentes. O número médio de utentes no período findo em 31/12/2018 foi de 55 (52 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



4.1.3. PRÉ-ESCOLAR

A Lei-quadro da Educação Pré-Escolar (nº5/97), promulgada pela Assembleia da república, em 10 de fevereiro de 1997, emana os objetivos, ainda hoje bem atuais, pelos quais se deve reger todo o trabalho de educação com uma criança em ambiente em idade pré-escolar.

O CSPPN assumindo-se como uma organização de referência na sua área da intervenção, assume os objetivos da Lei-quadro para a promoção de mais e melhor educação.

São objetivos da educação pré-escolar:

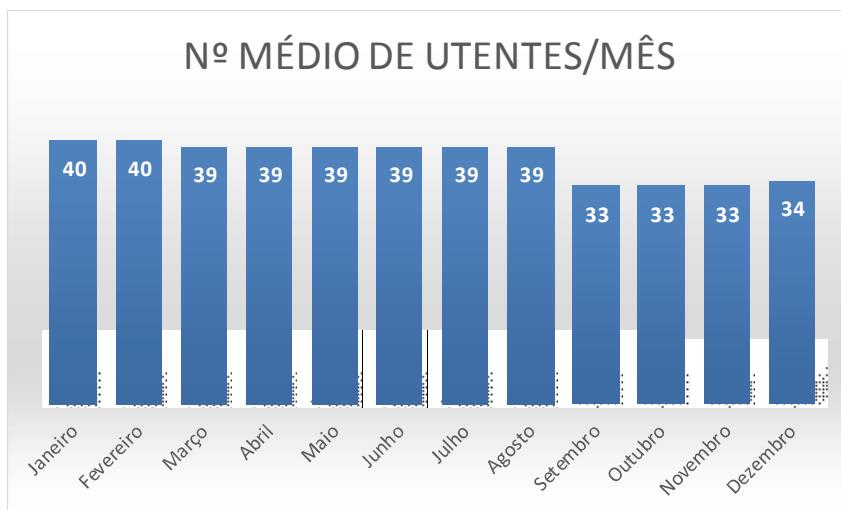
- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;



- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- e) Desenvolver pedagogicamente a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações e efetiva colaboração com a comunidade”.

4.1.4. FREQUÊNCIAS

A resposta social de Pré-Escolar tem acordo de cooperação para 40 utentes. O número médio de utentes no período findo em 31/12/2018 foi de 37 (39 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:





Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

4.1.5. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL)

O CATL procura ser um espaço/tempo entre a Escola e a Família. A sua intervenção educativa visa favorecer e privilegiar um ambiente acolhedor, estimulante e desafiador; promovendo e desenvolvendo estratégias e atividades adequadas às idades e características de cada criança, tendo sempre como referência a identidade social, afetiva e cultural de cada uma delas.

Um dos objetivos primordiais desta resposta social é enriquecer os momentos extracurriculares de cada indivíduo, com vista a aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades de forma criativa.

A caracterização do CATL é constituída por crianças compreendidas entre os 5 e 13 anos pertencentes ao pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico. São maioritariamente, residentes na área geográfica na qual a resposta social se insere. Grande parte das crianças que estão inscritas no presente ano letivo, já frequentava a resposta social no ano anterior.

As crianças que integram pela primeira vez esta resposta, pertencem essencialmente ao pré-escolar, ao 1º ano do ensino básico, encontrando-se, ainda na fase marcada pelo conhecimento e descoberta.

Em termos de funcionamento o CATL segue o Plano de Atividades no qual é dado enfoque à celebração de datas festivas, realização de atividades de expressão plástica, física e motora, conhecimento do meio local, ateliers específicos e outros. Durante o período letivo é ainda prestado o apoio à realização dos trabalhos de casa

O CATL possui um acordo de cooperação com a Segurança Social para 40 crianças, embora não exista atualmente participação financeira.

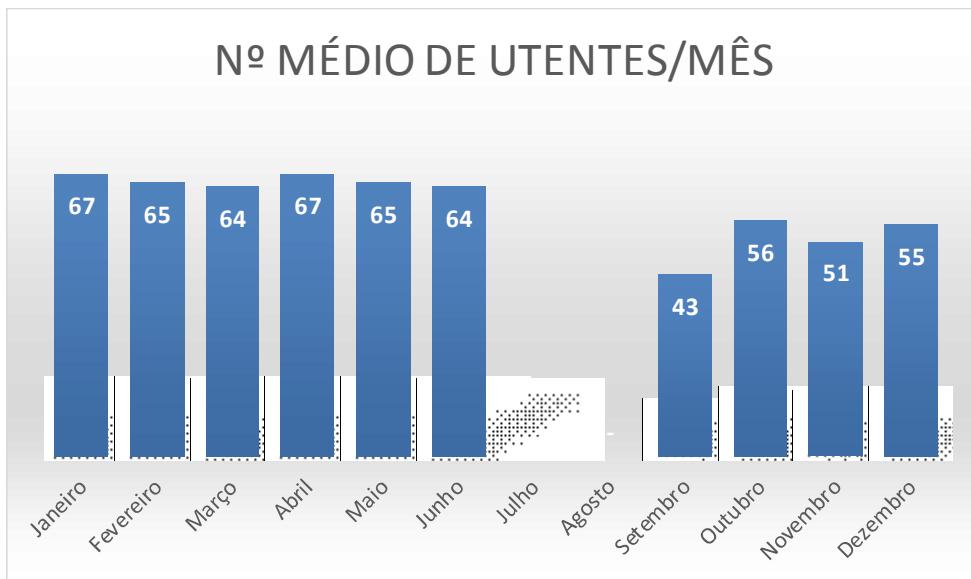
Durante o período letivo esta resposta funciona durante o período letivo e não letivo, das 07,00h às 20,00h.



4.1.5.1.

FREQUÊNCIAS

O número médio de utentes no período findo em 31/12/2018 foi de 59 (47 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



De referir que esta resposta social não funciona entre junho a agosto, sendo estes meses ocupados pelo ATL Verão.

4.1.6.

CATL FÉRIAS

O **CATL FÉRIAS** é a nossa proposta de férias, funcionando nas pausas letivas e tem como objetivo proporcionar um ambiente saudável e enriquecedor a todas as crianças e jovens que frequentem o nosso espaço, promovendo uma ocupação saudável e lúdica neste período de férias.

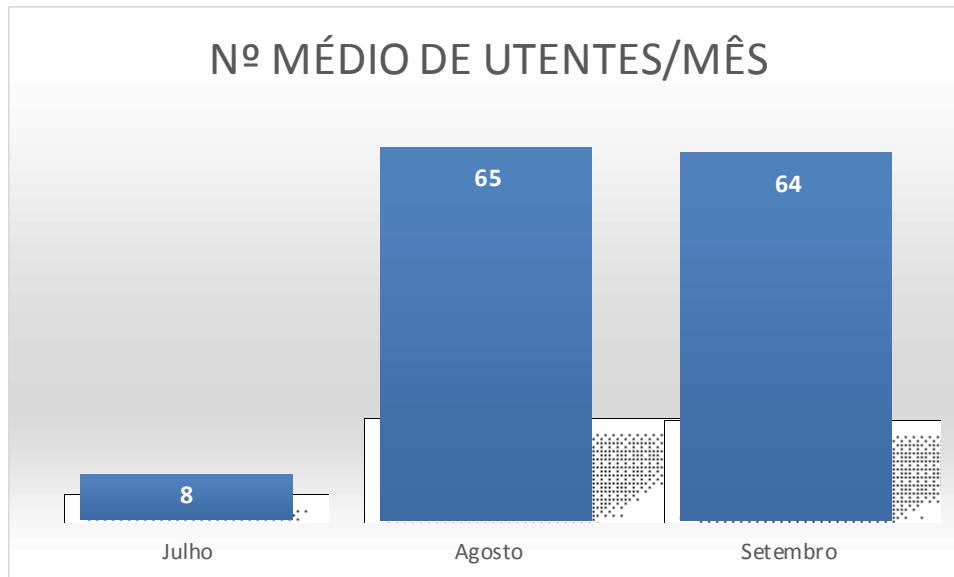
Nestas pausas acolhemos crianças e jovens dos 6 aos 16 anos proporcionando programas semanais com atividades lúdicas no natal, carnaval e páscoa bem como no verão; as atividades variadas como desportos de aventura, jogos ao ar livre, cinema, peddy-papper, ateliers de música e dança, piscina, praia, ações de cidadania e solidariedade que ocupam as crianças/jovens de forma construtiva.



4.1.6.1.

FREQUÊNCIAS

Sendo uma atividade sazonal que decorre durante o mês de junho a agosto, o número médio de utentes durante esse período foi de 43 (63 em 2018), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



4.1.7.

CENTRO DE APOIO AO ESTUDO

O Centro de Apoio ao Estudo denominado “**Sempre a Somar**” surge na sequência do interesse manifestado por encarregados de educação e educadores, e de um modo geral, dar resposta às necessidades da comunidade onde o CSPPN se encontra inserido.

O Centro de Apoio ao Estudo tem como principal objetivo acompanhar fora do horário letivo, os alunos do 1º, 2º, 3º ciclo e secundário no seu percurso escolar para fazer face às dificuldades apresentadas e estimular capacidades, tendo em vista promover o sucesso escolar e criar no aluno uma base sólida de confiança e segurança nas suas competências.

São objetivos gerais do Centro de Apoio ao Estudo:

- Promover o gosto pelo estudo e pelo conhecimento;
- Apoiar os alunos na realização dos trabalhos de casa;
- Planificar, preparar e acompanhar, (com o aluno) o estudo para a realização das fichas de avaliação;
- Desenvolver autonomia de estudos:



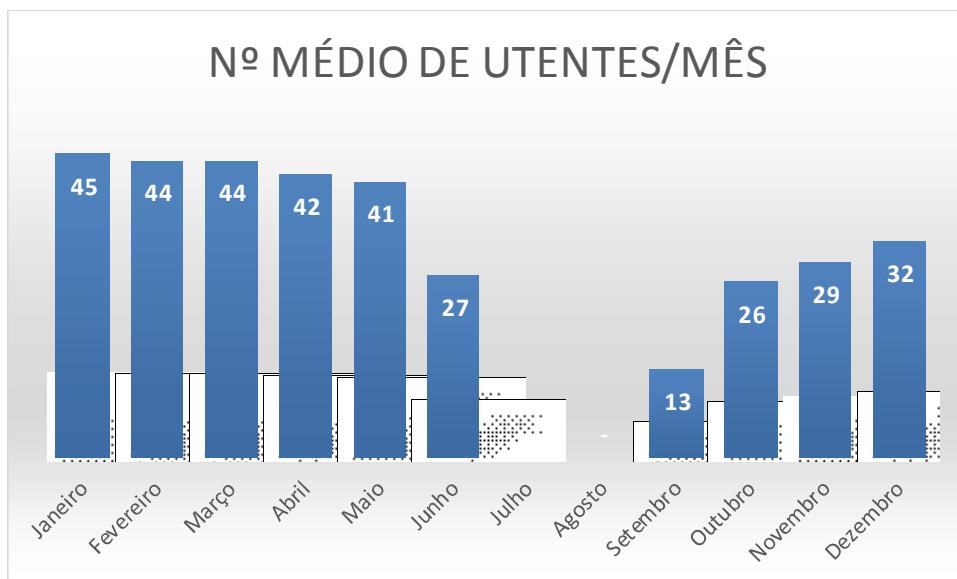
- Promover um ambiente motivador;
- Utilização de TIC e materiais didáticos do Centro de Apoio;
- Propiciar um ambiente privilegiado de formação cívica;
- Contribuir para o estímulo do desenvolvimento pleno das crianças e jovens.

O Centro dispõe de viaturas destinadas ao transporte dos utentes que necessitem de escola/centro e/ou centro/casa. As viaturas estarão conforme os horários estabelecidos, à porta de cada estabelecimento de ensino.

O período de atividade diária decorre entre as 8.00 e as 20.00 horas de segunda a sexta-feira durante todo o ano.

4.1.7.1. FREQUÊNCIAS

No período findo em 31 de dezembro de 2018 a média de alunos a frequentar esta resposta foi de 34 (38 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



Nos períodos de julho e agosto encontra-se encerrado, funcionando nestes períodos o ATL-Férias.



4.2. IDOSOS

4.2.1. CENTRO DE DIA

A resposta social **Centro de Dia** desenvolvida no edifício-sede pretende oferecer aos seus utentes, um conjunto de serviços que contribuam para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento. Os utentes têm ainda a possibilidade de estabelecer novos relacionamentos e elos de ligação com o exterior.

Proporcionar uma alimentação cuidada, prestar serviços de higiene e conforto e desenvolver atividades que fomentem o convívio entre eles.

Os objetivos da Instituição passam por:

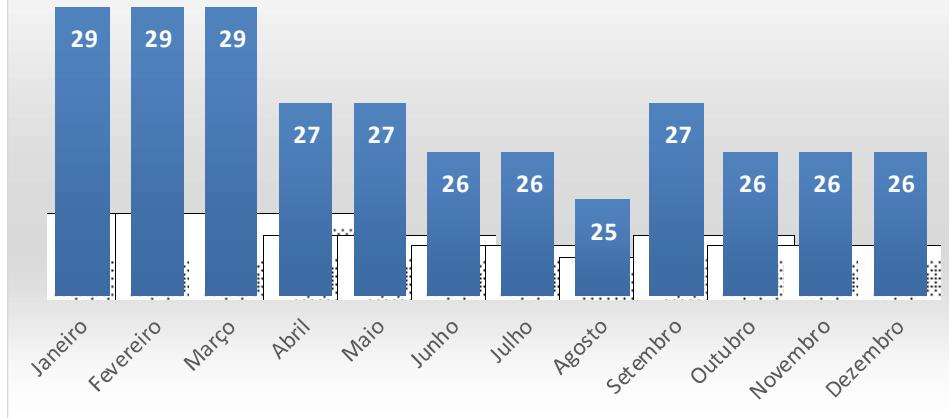
- a) Prestação de serviços de modo a assegurar a satisfação das necessidades básicas do utente, proporcionando-lhe todos os serviços indispensáveis para o seu bem-estar, de forma a promover a sua adaptação e integração no meio ambiente envolvente;
- b) Garantir uma diversidade de atividades recreativas de acordo com as características e necessidades de cada um dos utentes;
- c) Estimular a participação do idoso;
- d) Manter o estado bio-psico-social do idoso;
- e) Manter a autoestima;
- f) Promover a autonomia do idoso;
- g) Fomento das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- h) Melhorar a qualidade de vida do idoso e da sua família.

4.2.1.1. FREQUÊNCIAS

A resposta social de Centro de Dia tem acordo de cooperação para 30 utentes. O número médio de utentes no período findo em 31/12/2018 foi de 27 (29 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:



Nº MÉDIO DE UTENTES/MÊS



4.2.2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, como resposta social de apoio à terceira idade, consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias, quando por motivo de doença, deficiência, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Os objetivos da Instituição passam por:

- a) Contribuir para a melhoria das condições de vida dos utentes e das suas famílias;
- b) Evitar o isolamento do utente, procurando promover a relação inter-familiar e o convívio social;
- c) Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- d) Assegurar aos utentes e famílias a satisfação básica das suas necessidades;
- e) Dar oportunidade aos utentes de continuarem inseridos no seu meio habitual de vida, rodeados dos seus afetos e pertences, com possibilidade de novos relacionamentos facultados pelos colaboradores;
- f) Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos utentes e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- g) Colaborar na prestação de cuidados de saúde e no acesso à prestação de cuidados de saúde, sempre que a situação o justifique;
- h) Promover a autonomia e qualidade de vida.

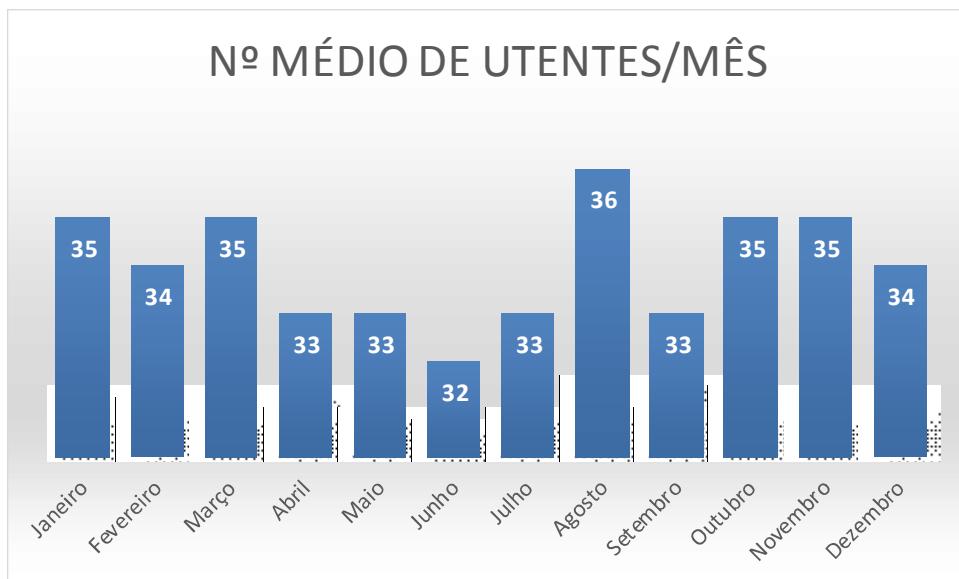


A prestação de serviços do **(SAD)** é composto por um conjunto de serviços, nomeadamente:

- ⇒ Confeção, transporte e distribuição de refeições;
- ⇒ Prestação de cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ⇒ Tratamento de roupas;
- ⇒ Arrumação e pequenas limpezas no domicílio;
- ⇒ Ajudas técnicas.

4.2.2.1. FREQUÊNCIAS

No ano de 2018, mantiveram-se em vigor os acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social (ISS) para a resposta social de Apoio Domiciliário, com dotação 35 Utentes. O número médio de utentes no período findo em 31/12/2018 foi de 34 (33 em 2017), sendo a frequência mensal conforme gráfico seguinte:





5. ATIVIDADES

5.1. BOUTIQUE AMIGA

Tendo em conta as dificuldades económicas das famílias acompanhadas, foram apoiadas regularmente através do Programa “**Boutique Amiga**” famílias com entrega de peças de vestuário, artigos de higiene, entre outros.

Igualmente foram promovidas através da “**Boutique Amiga**”, diversas iniciativas solidárias, cujo objetivo foi facilitar o acesso da população a bens básicos, nomeadamente, equipamento escolar.

Das diversas iniciativas, destaca-se:

- ✓ Dia da Criança com a oferta de brinquedos e um lanche às crianças;
- ✓ Abertura do ano letivo com a entrega de kits contendo material escolar, a crianças que frequentam as escolas da Freguesia de Pinhal Novo;
- ✓ Entrega no Natal de brinquedos e lanche às crianças.

As iniciativas tiveram o apoio de diversas empresas do Concelho de Palmela, cujos seus colaboradores participaram de uma forma inabalável e indelével em tão grande ato de solidariedade.

Há a destacar a forma como todos os voluntários se empenharam em levar os projetos avante, cujos destinatários foram as crianças de famílias mais carenciadas economicamente, da qual o CSPPN deixa aqui uma palavra de gratidão a todos pela forma como decorreram os referidos projetos.

5.2. VOLUNTARIADO

Os voluntários são pessoas que prestam serviço na Instituição, dando um pouco de si sem esperar nada em troca. Embora não sendo profissionais, estes elementos são extremamente importantes porque trazem dinamismo e novidades aos Utentes duma instituição, permitem preencher algumas lacunas a nível de pessoal que sempre existem, mas principalmente porque têm um carinho e cuidados especiais com todos os que necessitam.



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

A Instituição difundiu, promoveu e dinamizou o conceito de «**voluntariado**».

5.3. CONSIGNAÇÃO IRS

Continuamos com a campanha de apoio à consignação de 0,5% do IRS de todos aqueles que queiram colaborar com a instituição. A totalidade dos impostos que pagamos destinam-se a financiar as despesas públicas do Estado sem nós decidirmos diretamente onde são aplicados. A única exceção existente é a possibilidade de destinar 0,5% do nosso IRS a uma determinada Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de acordo com a regulamentação da Lei nº 16/2001, de 22 de junho. Esta consignação fiscal, não representa qualquer custo adicional para o contribuinte.

5.4. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

A Instituição não tem ainda a certificação de qualidade. No entanto o processo encontra-se numa fase muito adiantada. Contamos no final de 2019 concluir o processo para posterior pedido de auditoria para a certificação em conformidade com os manuais do ISS. No entanto, foi objetivo de a Instituição colocar em prática, no que possível fosse, todos os procedimentos e ensinamentos adquiridos.

6. ACORDOS E PARCERIAS

6.1. ACORDOS COM O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

A celebração de acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, pressupõe uma partilha de objetivos e interesses comuns e de repartidas obrigações e responsabilidades.

Estes acordos de cooperação (comparticipações) são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção da Instituição, como tal, o CSPPN cumpriu na íntegra os mesmos.

Teve, no decorrer do ano em análise, quatro acordos celebrados, a saber: Jardim de Infância (acordo para 57 crianças), Pré-Escolar (acordo para 40 crianças), Centro de Dia (acordo para 30 idosos), e Serviço de Apoio Domiciliário (acordo para 35 idosos).

Mensalmente, consoante o mapa de frequência enviado no mês anterior, a Instituição recebeu atempadamente as comparticipações financeiras protocoladas.



6.2. PROGRAMAS E PROJETOS DO IEFP

O recurso a programas do IEFP tem merecido por parte da Instituição uma atenção especial, por um lado, pelas necessidades pontuais da Instituição e, por outro lado, possibilitar às pessoas desempregadas a reintegração no mercado de trabalho.

No decorrer do ano de 2018 apresentámos várias candidaturas ao IEFP no âmbito de vários programas disponíveis.

6.3. REDES, PARCERIAS E COOPERAÇÃO

O CSPPN manteve a dinâmica de trabalho em rede e de cooperação, numa dinâmica de partilha e de aprendizagem.

A formação de parcerias assume nos dias de hoje uma enorme relevância no trabalho social e consequentemente adquire um papel de destaque na intervenção das Instituições e entidades que cooperam no mesmo sentido, permitindo que se definam respostas mais eficazes e adequadas na resolução dos problemas.

Ao longo do ano, a Instituição manteve e reforçou esta dinâmica através da participação e envolvimento na Rede Social do Concelho de Palmela. Com a concretização e partilhas de projetos e atividades, quer ao nível local, quer ao nível concelhio, destacamos os parceiros mais relevantes:

Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Palmela; Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Centro de Saúde Pinhal Novo e Palmela; Equipa do Rendimento Social de Inserção; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela; Guarda Nacional Republicana de Pinhal Novo; Escola Secundária de Pinhal Novo, IPSSs e Associações do Concelho.

O reforço da articulação próxima com os serviços de saúde, emprego e segurança social, permite responder a situações identificadas e sinalizadas pelas diferentes entidades.

Este conjunto de parcerias tem ainda proporcionado a realização de um alargado conjunto de estágios.



7. RECURSOS HUMANOS

7.1. QUADRO DE PESSOAL

Para assegurar a boa organização e funcionamento da instituição, bem como para cumprimento de forma exequível da nossa missão e objetivos na prestação de serviços aos nossos utentes, é necessário manter um quadro mínimo de colaboradores internos e externos para as diversas áreas/serviços.

Ao longo do ano, várias foram as dificuldades que se verificaram a nível operacional, mais propriamente na questão dos recursos humanos, umas vezes devido à própria necessidade funcional interna, designadamente por baixas médicas e outras, foi necessário recorrer, algumas vezes, à contratação de novos colaboradores. Para cumprimento de forma exequível da nossa missão e objetivos, e atendendo à situação financeira na qual a Instituição se encontra, o reforço da equipa de colaboradoras foi feita recorrendo a trabalhadoras em regime sazonal. Deu-se preferência à contratação a termo certo (curto prazo), programa de estágios profissionais e contratos de emprego inserção e emprego inserção+. Assim, atendendo a todos estes fatores, ao longo do ano trabalharam, em média, na Instituição, 49 colaboradores.

O quadro de pessoal interno em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 era composto da seguinte forma:

Categoria Profissional	Nº de Postos de Trabalho	
	2018	2017
Director Técnico	1	1
Técnica Superior de Animação Social	1	1
Professor do Ensino Básico	3	4
Psicóloga	1	1
Educadoras	5	5
Designer	-	1
Escriturários	1	1
Caixa	1	1
Ajudantes de Ação Educativa	10	10
Cozinheiras	3	2
Ajudante de Cozinha	1	1
Lavadeira	1	1
Ajudante de Acção Directa	11	11
Motorista	1	2
Trabalhadora Auxiliar - Serviços Gerais	3	2
Total	43	44



7.2. FORMAÇÃO

O CSPPN valoriza a qualificação e o desenvolvimento de competências dos seus colaboradores como veículo para a qualificação dos serviços prestados, através de um melhor desempenho.

São incentivadas a participação em ações de formação e a frequência académicas para aumento de escolaridade ou especialização de nível superior.

Com base no diagnóstico de necessidades de formação realizado a par da Avaliação de Desempenho, foram identificadas áreas de desenvolvimento de competências dos profissionais.

Ao longo do ano os colaboradores frequentaram diversas formações, proporcionadas pela Instituição.

7.3. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

No sentido de cumprir a legislação laboral foi designado um colaborador para a Coordenação da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho que iniciou o levantamento das condições de trabalho e a criação de documentos nesta área, donde demos continuidade ao procedimento de Higiene e Segurança no Trabalho em parceria com a **K-med XXI** tendo sido realizadas visitas de acompanhamento às nossas instalações, dos quais resultam relatório de aconselhamento técnico sobre situações e métodos que devemos alterar, bem como com as novas legislações em vigor.

7.4. MEDICINA DO TRABALHO

Demos continuidade ao procedimento de medicina do trabalho aos colaboradores da Instituição, através do contrato existente com a empresa prestadora de serviços **K-med XXI**, pois constitui uma área de intervenção prioritária no local de trabalho atendendo a que, a saúde e bem-estar dos trabalhadores é fundamental para a qualidade das suas prestações e para o desempenho das suas atividades.

Funciona como prevenção primária dos riscos atendendo a que, os profissionais estão expostos a múltiplos fatores que devem ser prevenidos por medidas da Medicina do Trabalho e Segurança no Trabalho.

Nas visitas de medicina do trabalho avaliam-se as condições gerais de trabalho, higiene e funções desempenhadas, assim como os riscos associados. As visitas médicas são uma oportunidade para o esclarecimento de questões que os trabalhadores pretendam colocar.



8. RELATÓRIO DE GESTÃO | CONTAS DO EXERCÍCIO

8.1. INTRODUÇÃO

A gestão da Instituição orienta-se pela necessidade de adotar mecanismos de controlo e de rigor orçamental, traduzidos na capacidade de gerar receitas para cada resposta social ou iniciativa, favorecendo desta forma o equilíbrio na execução orçamental, visando através destes mecanismos, a autossustentabilidade da Instituição.

A análise aos resultados financeiros relativos ao ano de 2018 centra-se a dois níveis fundamentais. O primeiro visa dar conta dos desvios face ao orçamento previsional projetado para o ano e analisar os desvios comparados; o segundo analisar a posição económica e financeira da Instituição.

Os resultados do exercício do ano transato demonstram as preocupações que, anualmente reiteramos e que de uma forma simples e objetiva todos os interessados deste documento podem analisar e confirmar.

Em 2018, a Instituição apresentou um resultado líquido negativo de Euros: -62.777,87€ considerando que, com a adoção do SNC-ESNL as informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas com grande detalhe nas Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos.

8.2. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas decisões tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhes foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

As informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, juntamente com informação contida nas notas explicativas, ajudam a perceber as demonstrações



financeiras e a prever os futuros fluxos de caixa da entidade, a sua tempestividade e grau de incerteza.

As demonstrações económico-financeiras revelam:

- A situação patrimonial e financeira, bem como o grau de cumprimento das obrigações para com terceiros;
- A situação económica e a capacidade de gerar excedentes;

Para tal, a preparação exige várias categorias de demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Balancetes

Adotam-se como características qualitativas da informação:

- A relevância;
- A fiabilidade;
- A comparabilidade.

A relevância tem a ver com a capacidade da informação em influenciar as decisões dos seus utilizadores, ajudando-os a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou a corrigir as suas avaliações passadas. A objetividade e rapidez da informação constituem os elementos fundamentais para a sua relevância.

A fiabilidade consiste na característica que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios. Assim, deve ser capaz de evidenciar de forma apropriada a realidade que tem por finalidade representar ou se espera que represente. Para que a informação seja fiável, os factos devem ser registados de acordo com a sua substância e realidade económica e financeira e não apenas com base na sua forma legal ou documental.

A comparabilidade deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar,



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas.

Por fim, tendo em consideração os elementos anteriores, as contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados.

De seguida apresentamos uma análise mais detalhada aos resultados relativos ao ano 2017.

8.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

8.3.1. GASTOS

Em termos globais, para o orçamento de gastos foi projetado o montante de 983.650,00€, tendo sido realizado um gasto de 1.012.287,96€, mais 28.637,96€ que o previsto e que corresponde a um desvio percentual de +2,8%.

O mapa abaixo mostra o desenvolvimento das diversas rubricas de gastos e os respetivos desvios entre os valores previstos e os valores realizados, bem como o comparativo entre o realizado de 2017 e 2018.

Conta SNC	Descrição	2017	2018	Variação 2018/2017	Orçamento	Desvio face ao orçamento
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.832,06	3.112,28	(719,78)	3.500,00	(387,72)
62	Fornecimentos e serviços externos	285.431,31	286.076,11	644,80	271.100,00	14.976,11
63	Gastos com o pessoal	704.452,19	689.696,26	(14.755,93)	677.550,00	12.146,26
64	Gastos de depreciação e de amortização	30.457,16	25.349,45	(5.107,71)	27.500,00	(2.150,55)
68	Outros gastos e perdas	4.588,91	6.586,58	1.997,67	2.500,00	4.086,58
69	Gastos e perdas de financiamento	1.302,88	1.467,28	164,40	1.500,00	(32,72)
Total		1.030.064,51	1.012.287,96	(17.776,55)	983.650,00	28.637,96



A decomposição da rubrica de “**Gastos**” entre os valores orçamentados e os valores realizados em 2018 apresenta o seguinte detalhe:

Conta SNC	Descrição	2017	2018	Variação 2018/2017	Orçamento	Desvio face ao orçamento
6	GASTOS	1.030.064,51	1.012.287,96	(17.776,55)	983.650,00	28.637,96
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.832,06	3.112,28	(719,78)	3.500,00	(387,72)
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.832,06	3.112,28	(719,78)	3.500,00	(387,72)
62	Fornecimentos e serviços externos	285.431,31	286.076,11	644,80	271.100,00	14.976,11
621	Subcontratos	130.382,24	115.109,37	(15.272,87)	115.000,00	109,37
622	Serviços especializados	47.890,31	45.466,22	(2.424,09)	38.900,00	6.566,22
6221	Trabalhos especializados	13.257,68	11.282,67	(1.975,01)	10.000,00	1.282,67
6222	Publicidade e propaganda	982,44	184,86	(797,58)	1.000,00	(815,14)
6223	Vigilância e segurança	2.313,85	2.226,44	(87,41)	2.400,00	(173,56)
6224	Honorários	14.653,70	4.712,95	(9.940,75)	5.000,00	(287,05)
6226	Conservação e reparação	16.237,50	27.059,30	10.821,80	20.000,00	7.059,30
6228	Outros	445,14	-	(445,14)	500,00	(500,00)
623	Materiais	6.756,76	2.974,00	(3.782,76)	5.700,00	(2.726,00)
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.273,17	375,39	(1.897,78)	2.000,00	(1.624,61)
6232	Livros e documentação técnica	43,94	-	(43,94)	200,00	(200,00)
6233	Material de escritório	2.730,77	1.033,06	(1.697,71)	1.500,00	(466,94)
6234	Artigos para oferta	-	158,82	158,82	500,00	(341,18)
6238	Outros	1.708,88	1.406,73	(302,15)	1.500,00	(93,27)
624	Energia e fluidos	50.175,65	46.850,32	(3.325,33)	43.700,00	3.150,32
6241	Eletricidade	28.907,39	28.703,09	(204,30)	25.000,00	3.703,09
6242	Combustíveis	15.373,63	13.522,29	(1.851,34)	14.000,00	(477,71)
6243	Água	5.701,60	4.606,59	(1.095,01)	4.500,00	106,59
6248	Outros	193,03	18,35	(174,68)	200,00	(181,65)
625	Deslocações, estadas e transportes	1.953,63	510,00	(1.443,63)	700,00	(190,00)
6251	Deslocações e estadas	1.953,63	510,00	(1.443,63)	500,00	10,00
6252	Transportes de pessoal	-	-	-	200,00	(200,00)
626	Serviços diversos	48.272,72	75.166,20	26.893,48	67.100,00	8.066,20
6261	Rendas e alugueres	623,00	4.939,92	4.316,92	5.000,00	(60,08)
6262	Comunicação	8.394,74	8.145,32	(249,42)	7.000,00	1.145,32
6263	Seguros	3.833,21	8.998,48	5.165,27	5.000,00	3.998,48
6265	Contencioso e notariado	219,58	123,00	(96,58)	100,00	23,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	28.816,84	29.029,41	212,57	25.000,00	4.029,41
6268	Outros serviços	6.385,35	23.930,07	17.544,72	25.000,00	(1.069,93)
63	Gastos com o pessoal	704.452,19	689.696,26	(14.755,93)	677.550,00	12.146,26
632	Remunerações do pessoal	568.007,23	550.664,44	(17.342,79)	535.000,00	15.664,44
634	Indemizações	3.076,37	4.649,76	1.573,39	-	4.649,76
635	Encargos sobre remunerações	116.174,55	112.860,33	(3.314,22)	125.050,00	(12.189,67)
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	2.246,21	4.278,11	2.031,90	2.500,00	1.778,11
638	Outros gastos com o pessoal	14.947,83	17.243,62	2.295,79	15.000,00	2.243,62
64	Gastos de depreciação e de amortização	30.457,16	25.349,45	(5.107,71)	27.500,00	(2.150,55)
642	Ativos fixos tangíveis	30.457,16	25.349,45	(5.107,71)	27.500,00	(2.150,55)
6422	Edifícios e outras construções	15.772,64	15.940,54	167,90	15.800,00	140,54
6423	Equipamento básico	1.462,92	1.636,92	174,00	1.700,00	(63,08)
6424	Equipamento de transporte	9.395,92	7.770,92	(1.625,00)	8.000,00	(229,08)
6425	Equipamento administrativo	3.531,48	1,07	(3.530,41)	1.500,00	(1.498,93)
6427	Outros ativos fixos tangíveis	294,20	-	(294,20)	500,00	(500,00)
68	Outros gastos e perdas	4.588,91	6.586,58	1.997,67	2.500,00	4.086,58
681	Impostos	2.264,74	486,50	(1.778,24)	500,00	(13,50)
688	Outros	2.324,17	6.100,08	3.775,91	2.000,00	4.100,08
69	Gastos e perdas de financiamento	1.302,88	1.467,28	164,40	1.500,00	(32,72)
691	Juros suportados	1.302,88	1.467,28	164,40	1.500,00	(32,72)



De seguida passamos a analisar as principais rubricas e respetivos desvios.

Relativamente à rubrica “**Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**” foi orçamentado o valor de 3.500,00€ e verificamos o resultado de 3.112,28€, correspondendo a uma diminuição de 387,72€, que equivale a um desvio de -12,5%. O decréscimo deve-se essencialmente à não reposição de algumas matérias-primas, uma vez que estas são fornecidas pela entidade a quem demos a subcontratação da confeção das refeições.

Para a rubrica “**Fornecimento de serviços externos**” a Instituição orçamentou para 2018 o valor de 271.100,00€, e verificámos um resultado de 286.076,11€. A execução orçamental mostranos que houve um aumento de 14.976,11€, correspondendo a 5,2%. Este aumento verificou-se essencialmente pelo aumento dos gastos nas rubricas de “**Trabalhos Especializados**”, que corresponde essencialmente a serviços de Informática e Contabilidade; na rubrica “**Conservação e reparação**”, que se refere a despesas com viaturas e edifícios; na rubrica de “**Eletricidade**”, na rubrica de “**Combustíveis**”, com viaturas; na rubrica de “**Comunicações**” e na rubrica “**Limpeza, higiene e conforto**” As restantes rubricas têm valores residuais não se justificando o seu desenvolvimento.

Na rubrica “**Gastos com pessoal**” a Instituição projetou para 2018 o valor de 677.550,00€, tendo registado uma execução orçamental nesta rúbrica de 689.696,26€, ou seja, um aumento de 12.146,26€, que equivale a 1,8% do valor previamente orçamentado. Este aumento está relacionado essencialmente com o aumento de 2 colaboradores, um professor para o Centro de Estudos e um outro para o ATL, bem assim como da atualização do salário mínimo nacional (SMN).

Na rubrica de “**Gastos/reversões de depreciação e de amortização**” a Instituição projetou para 2018 o valor de 27.500,00€, tendo registado uma execução orçamental de 25.349,45€, que equivale a uma redução de -8,5% do valor previamente orçamentado. A redução corresponde a equipamentos e viaturas que se encontram completamente amortizados.



8.3.2. RENDIMENTOS

No que se refere a rendimentos foi orçamentado o montante de 970.000,00€, tendo o realizado sido de 950.062,53€, correspondendo a uma diminuição de 19.937,47€ que o previsto inicialmente, correspondendo a um desvio de -2,1%.

O mapa abaixo mostra o desenvolvimento das diversas rubricas de rendimentos e os respetivos desvios entre os valores previstos e os valores realizados, bem como o comparativo entre o realizado de 2017 e 2018.

Conta SNC	Descrição	2017	2018	Variação 2018/2017	Orçamento	Desvio face ao orçamento
71	Vendas	2.035,50	-	(2.035,50)	2.500,00	(2.500,00)
72	Prestações de serviços	424.105,33	408.392,93	(15.712,40)	419.500,00	(11.107,07)
75	Subsídios, doações e legados à exploração	498.887,46	475.490,35	(23.397,11)	475.000,00	490,35
78	Outros rendimentos e ganhos	61.046,03	66.179,25	5.133,22	73.000,00	(6.820,75)
Total		986.074,32	950.062,53	(36.011,79)	970.000,00	(19.937,47)

A decomposição da rubrica de “Rendimentos” entre os valores orçamentados e os valores realizados em 2018 apresenta o seguinte detalhe:

Conta SNC	Descrição	2017	2018	Variação 2018/2017	Orçamento	Desvio face ao orçamento
7	RENDIMENTOS	986.074,32	950.062,53	(36.011,79)	970.000,00	(19.937,47)
71	Vendas	2.035,50	-	(2.035,50)	2.500,00	(2.500,00)
715	Materiais de consumo	2.035,50	-	(2.035,50)	2.500,00	(2.500,00)
72	Prestações de serviços	424.105,33	408.392,93	(15.712,40)	419.500,00	(11.107,07)
721	Quotas dos utilizadores	363.715,83	382.920,25	19.204,42	390.000,00	(7.079,75)
722	Quotizações e jóias	8.873,85	8.462,00	(411,85)	9.000,00	(538,00)
723	Promoção para captação de recursos	-	124,00	124,00	500,00	(376,00)
725	Serviços secundários	51.515,65	16.886,68	(34.628,97)	20.000,00	(3.113,32)
75	Subsídios, doações e legados à exploração	498.887,46	475.490,35	(23.397,11)	475.000,00	490,35
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	437.197,58	456.077,29	18.879,71	450.000,00	6.077,29
752	Subsídios de outras entidades	56.233,74	9.017,13	(47.216,61)	15.000,00	(5.982,87)
753	Doações e heranças	5.456,14	10.395,93	4.939,79	10.000,00	395,93
78	Outros rendimentos e ganhos	61.046,03	66.179,25	5.133,22	73.000,00	(6.820,75)
781	Rendimentos suplementares	48.264,85	44.550,00	(3.714,85)	50.000,00	(5.450,00)
782	Descontos p.p. obtidos	175,84	-	(175,84)	-	-
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.250,00	6.200,00	4.950,00	8.000,00	(1.800,00)
788	Outros	11.355,34	15.429,25	4.073,91	15.000,00	429,25

De seguida passamos a analisar as principais rubricas e respetivos desvios.

No que concerne à rubrica “Prestação de Serviços” foi orçamentado o valor de 419.500,00€ para o ano de 2018, tendo sido apurado o resultado de 408.392,93€, isto é, uma diminuição 11.107,07€, cerca de -2,7% face ao valor estimado. Esta diminuição é fruto da redução do número de utentes e das baixas comparticipações destes.



No que diz respeito à rubrica “**Subsídios à exploração**”, na relação da Instituição com o Estado, foi orçamentado o valor de 475.000,00€ e verificou-se o resultado de 475.490,35€, ou seja, um aumento residual de 490,35€, que equivale a uma percentagem de +0,1% fruto de acertos realizados pela Segurança Social nas diversas respostas sociais, pela DREL nas comparticipações pela compensação do subsídio educadoras de infância e do Centro de Emprego, nos programas de emprego CEI e estágios.

Na rúbrica “**Outros rendimentos e ganhos**”, foi orçamento o valor de 73.000,00€ e a execução de 2018 apresenta o valor de 66.179,25€, um valor inferior ao orçamentado em -6.820,75€, que equivale a um desvio de -10,3%. Esta rubrica refere-se essencialmente ao reembolso do subsídio de refeição dos colaboradores, cujo valor idêntico está registado na rubrica “**Gastos com o pessoal**”, com a rubrica “**Restituição de Impostos**” que compreende a consignação de 0,5% do IRS e restituição do IVA das refeições fornecidas aos Utentes.

8.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (PREVISIONAL/REALIZADO)

O mapa abaixo mostra o desenvolvimento das diversas rubricas da demonstração de resultados comparativa entre os valores orçamentados e os valores realizados no exercício findo em 31/12/2018.

RÚBRICAS	Orçamento	Realizado	Diferença	Diferença %
Vendas e serviços prestados	422.000,00	408.392,93	(13.607,07)	-3,3 %
Subsídios, doações e legados à exploração	475.000,00	475.490,35	490,35	0,1 %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3.500,00)	(3.112,28)	387,72	-12,5 %
Fornecimentos e serviços externos	(271.100,00)	(286.228,51)	(15.128,51)	5,3 %
Gastos com o pessoal	(677.550,00)	(689.696,26)	(12.146,26)	1,8 %
Outros rendimentos e ganhos	73.000,00	66.246,25	(6.753,75)	-10,2 %
Outros gastos e perdas	(2.500,00)	(7.053,62)	(4.553,62)	64,6 %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	15.350,00	(35.961,14)	(51.311,14)	142,7 %
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(27.500,00)	(25.349,45)	2.150,55	-8,5 %
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(12.150,00)	(61.310,59)	(49.160,59)	80,2 %
Juros e gastos similares suportados	(1.500,00)	(1.467,28)	32,72	-2,2 %
Resultado antes de impostos (EBT)	(13.650,00)	(62.777,87)	(49.127,87)	78,3 %
Resultado líquido do período	(13.650,00)	(62.777,87)	(49.127,87)	78,3 %



8.5. ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

O ano de 2018 encerrou com um resultado negativo de -62.777,87€. Importa esclarecer os principais factos que influenciaram este resultado negativo, e bem assim comentar sinteticamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, nos termos seguintes:

- O resultado negativo resultou essencialmente do gasto/rendimento das respostas de:
“CRECHE” - apresentou um resultado negativo de -39.376,11€ (-21.272,93 em 2017);
- **“PRÉ-ESCOLAR”** – Apresentou um resultado positivo de 1.457,50€ (4.475,36€ em 2017);
- **“CENTRO DE DIA”** - Apresentou um resultado negativo de 50.971,71€ (-42.069,94€ em 2017);
- **“SAD”** – Apresentou um resultado positivo de 47.412,76€ (43.403,34€ em 2017);
- **“ATL” e “CENTRO DE ESTUDOS”** – Apresentaram no seu conjunto um resultado negativo de -21.300,31€ (-15.567,59€ em 2017).

A resposta social de **“CRECHE”**, e de **“PRÉ-ESCOLAR”** nomeadamente, a sala de berçário, tem um elevado gasto com pessoal versus receitas muito baixas pagas por parte dos utentes, o que não permite obter receitas suficientes para a cobertura dos custos fixos de funcionamento.

Na resposta social de **“CENTRO DE DIA”**, os utentes têm baixos rendimentos, sendo que por outro lado, a comparticipação do ISS para esta resposta social é também muito baixa, não cobrindo os custos fixos que a Instituição suporta com esta resposta. Por outro lado, verificou-se durante o exercício um decréscimo do número de utentes conforme já foi referido anteriormente.

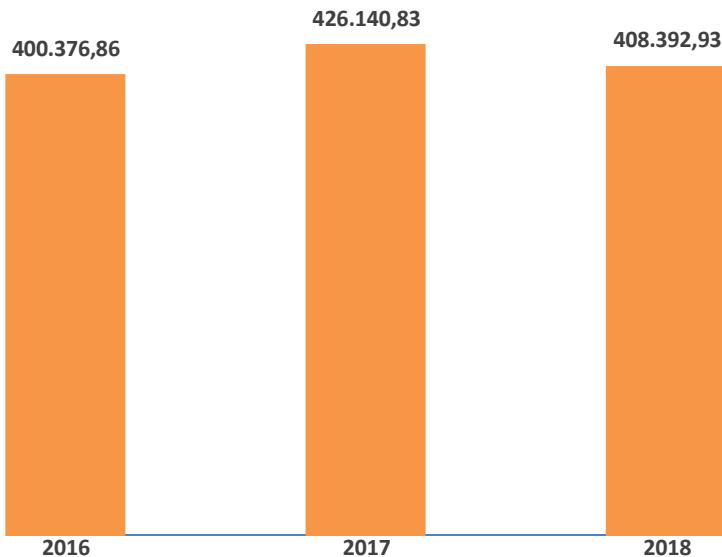
“ATL” e “CENTRO DE ESTUDOS” não conseguiram atingir o número de utentes planeados (60 e 45, respetivamente) de forma a poderem ser rentáveis. Contamos no ano de 2019 vir a ter estas respostas com resultados positivos.

A resposta de **“SAD”** foi a única a apresentar resultados positivos ao longo de diversos anos, evitando de alguma forma resultados negativos mais elevados.

No período de 2018 registou-se um decréscimo da atividade direta desenvolvida pela instituição, tal como resulta do volume da Prestação de Serviços que atingiu um valor de 408.392,93€, representando uma variação negativa de -4,2% comparativamente com o ano anterior.

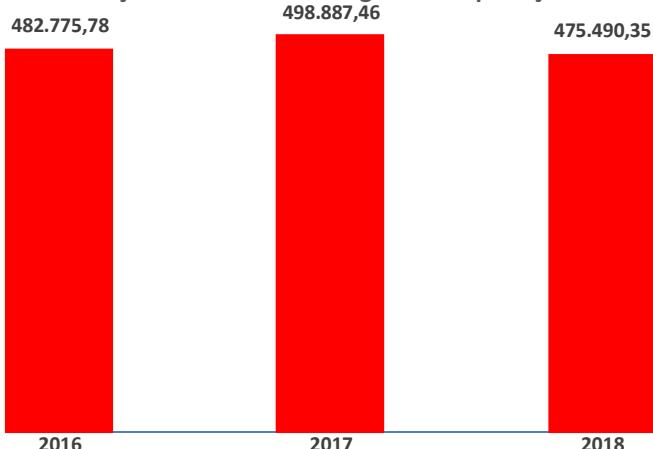


Evolução das Vendas/Prestação de Serviços



Ao nível de Subsídios recebidos do Estado e de outras entidades, registou-se um decréscimo do volume dos mesmos que atingiu um valor 475.490,35€, representando uma variação negativa de -4,7% comparativamente com ano anterior. Em termos comparativos com o exercício anterior, o decréscimo deveu-se ao registo contabilístico do subsídio atribuído pelo BPI – Capacitar ao projeto de inclusão social "**Empreender Social**", no montante de 33.557,19€ registado no exercício de 2017.

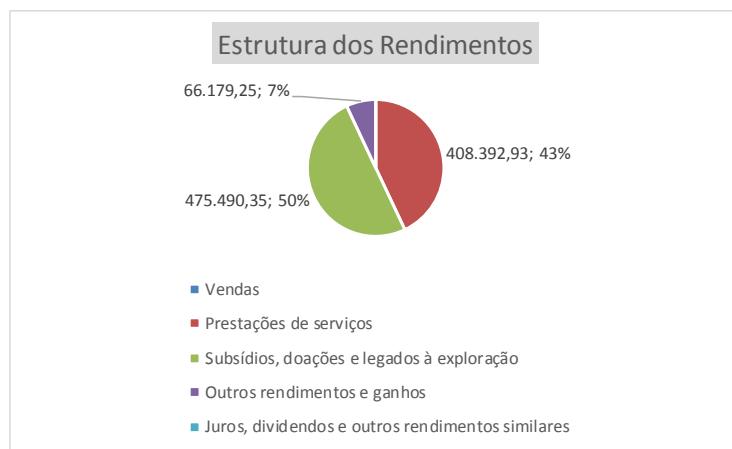
Evolução dos Subsídios e Legados à Exploração





Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

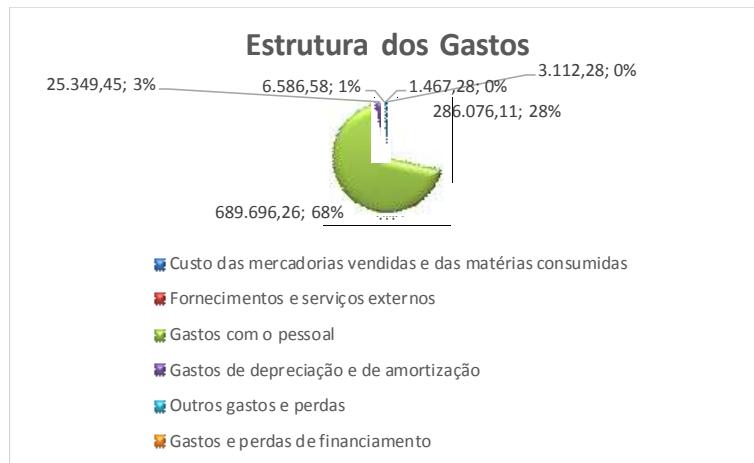
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



Tal como resulta da leitura do gráfico acima, a atividade específica da instituição em que se situa na economia do Terceiro Sector, a componente de subsidiação adquire ainda um peso muito significativo na estrutura de rendimentos, correspondendo a 50% (50% em 2017) do total dos rendimentos.

Fruto de vários fatores, alguns dos quais já evidenciados neste relatório, a relação estrutural dos nossos rendimentos tem vindo a ser alterada, como é possível constatar pelo acréscimo das nossas receitas diretas. O trabalho de sustentabilidade da Instituição decorre do processo de diminuição dos gastos que, dentro do possível, temos vindo a empreender.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da Instituição:





Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

Da estrutura de gastos conforme gráfico acima, ressalta que a rubrica de “**Gastos com o pessoal**” representam 68% (68% em 2017) do total dos gastos. Este rácio situa-se acima para o universo das instituições da economia social, cujo rácio médio se situa entre os 55 e 60%.

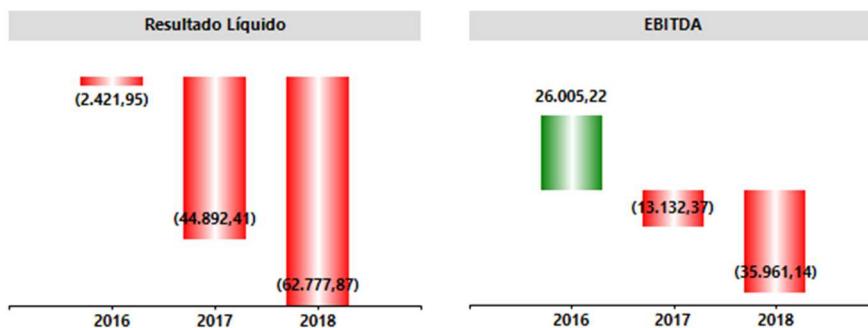
A Instituição deverá compensar no ano de 2019 e seguintes com medidas de apoio ao emprego, de modo a reduzir os gastos com o pessoal.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos, sendo que se verifica a manutenção do número médio de pessoas ao serviço que se justifica pelo aumento das atividades da Instituição.

RUBRICAS	PERIODOS	
	2018	2017
Gastos com Pessoal	689.696,26	704.452,19
Nº Médio de Pessoas	43	44
Gasto Médio por Pessoa	16.039,45	16.010,28

De acordo com o mapa acima verificou-se um decréscimo nos gastos com o pessoal, diminuindo também o número médio de pessoas ao serviço. Tal ainda não foi suficiente, dado entretanto o SMN ter aumentado e haver reclassificações em alguns profissionais.

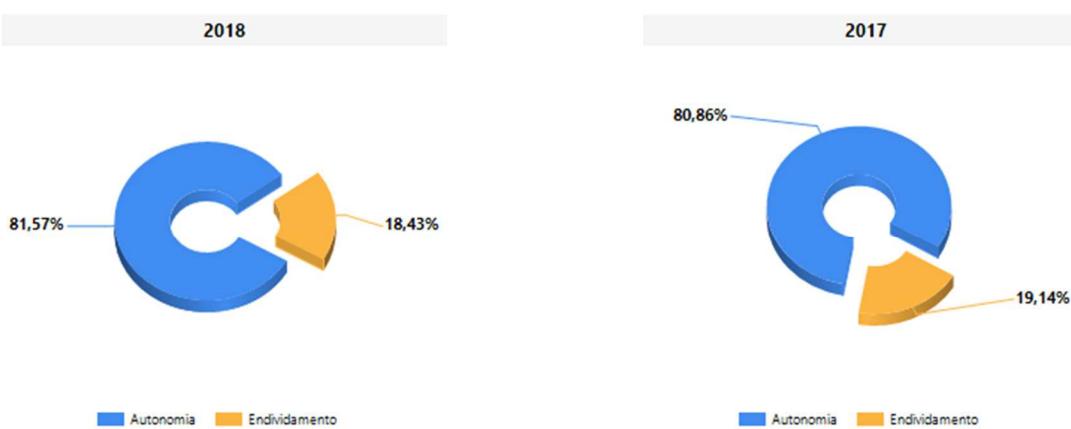
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido e de EBITDA:



A posição financeira da instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



CC



Como se pode verificar no gráfico acima a autonomia financeira tem aumentado, sendo que o endividamento tem diminuído face ao pagamento de compromissos que a Instituição vinha tendo a médio e longo prazo.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da instituição através da análise dos seguintes itens da estrutura do balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	481.529,06	81 %	506.263,45	74 %
Ativo corrente	112.689,11	19 %	177.650,00	26 %
Total ativo	594.218,17		683.913,45	100 %
RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	484.690,20	82 %	553.025,00	80 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	8.298,42	1 %
Passivo corrente	109.527,97	18 %	130.888,45	19 %
Total Capital Próprio e Passivo	594.218,17		692.211,87	100 %

Ressalta dos mapas acima que o Ativo Total passou de 683.913,45€ em 2017 para 594.218,17€ em 2018, um decréscimo de 89.695,28€. Esta diminuição está essencialmente relacionada com depreciação de amortização do ativo fixo tangível e de resultados transitados negativos acumulados.

O Passivo Total passou de 139.186,87€ em 2017 para 109.527,97€ em 2018, correspondendo um decréscimo de 29.658,90€. Este decréscimo refere-se essencialmente a um financiamento



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

bancário de tesouraria, de curto prazo e a um empréstimo em leasing referente à aquisição de uma viatura cujo contrato termina em 2019.

Em conclusão, os números acima evidenciam que o **Centro Social Paroquial de Pinhal Novo** possui uma situação patrimonial ligeiramente desequilibrada, mas uma estrutura operacional capaz de no futuro gerar os rendimentos necessários para amortizar os compromissos assumidos, garantindo a viabilidade económica da Instituição.

9. NOTA FINAL

A Direção expressa os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes, Fornecedores, aos Colaboradores externos que têm prestado a sua colaboração em diversas áreas, às entidades oficiais e autárquicas, particularmente Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, Centro de Emprego de Setúbal, Camara Municipal de Palmela, Junta de Freguesia de Pinhal Novo, porque a eles se deve muito do reconhecimento da valia das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa intervenção social.

Aos nossos Colaboradores internos deixamos uma mensagem de apreço pelo seu elevado profissionalismo e empenho, pois têm sido elementos fundamentais para o prestígio e sustentabilidade do **Centro Social Paroquial de Pinhal Novo**.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Pinhal Novo, 25 de setembro de 2019



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1^a Secretária – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2^a Secretária – Paula Passarinho dos Reis

Tesoureira – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		Unidade Monetária: Euros		
ATIVO	Notas	31-12-2018	31-12-2017	
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	6	477.258,09	501.931,04	
Activos intangíveis		-	442,80	
Investimentos financeiros	13.1	4.270,97	3.889,61	
	Subtotal	481.529,06	506.263,45	
Activo corrente				
Inventários	7	-	-	
Créditos a receber	13.2	40.277,91	51.964,97	
Estado e outros Entes Públicos	13.6	1.012,57	-	
Diferimentos	13.3	10.490,29	20.128,67	
Caixa e depósitos bancários	4	60.908,34	105.556,36	
	Subtotal	112.689,11	177.650,00	
	Total do activo	594.218,17	683.913,45	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	13.4	113.976,72	113.976,72	
Reservas	13.4	311.506,93	311.506,93	
Resultados transitados	13.4	(54.354,05)	(9.461,64)	
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13.4	176.338,47	181.895,40	
		547.468,07	597.917,41	
Resultado Líquido do período	13.4	(62.777,87)	(44.892,41)	
	Total do fundo do capital	484.690,20	553.025,00	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	13.7	-	8.298,42	
	Subtotal	-	8.298,42	
Passivo corrente				
Fornecedores	13.5	15.784,40	16.646,37	
Estado e outros Entes Públicos	13.6	16.288,82	26.695,23	
Financiamentos obtidos	13.7	33.153,27	35.361,36	
Outros passivos correntes	13.8	44.301,48	43.887,07	
	Subtotal	109.527,97	122.590,03	
	Total do passivo	109.527,97	130.888,45	
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	594.218,17	683.913,45	

Pinhal Novo, 25 de setembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	408.392,93	426.140,83
Subsídios, doações e legados à exploração:	10	475.490,35	498.887,46
ISS, IP - Centros distritais		456.077,29	437.197,58
Outros		19.413,06	61.689,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(3.112,28)	(3.832,06)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(286.228,51)	(285.431,31)
Gastos com o pessoal	11	(689.696,26)	(704.452,19)
Outros rendimentos	13.10	66.246,25	61.211,03
Outros gastos	13.11	(7.053,62)	(5.656,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(35.961,14)	(13.132,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.12	(25.349,45)	(30.457,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(61.310,59)	(43.589,53)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	13.13	(1.467,28)	(1.302,88)
Resultados antes de impostos		(62.777,87)	(44.892,41)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(62.777,87)	(44.892,41)

Pinhal Novo, 25 de setembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (RESPOSTAS SOCIAIS)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	CRECHE		Pré-Escolar		SAD		CD		Outras		TOTAL	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	89.160,05	87.578,20	64.448,01	65.979,89	70.830,08	60.996,14	70.119,00	75.231,59	113.835,79	136.355,01	408.392,93	426.140,83
Subsídios, Doações e Legados à exploração	10	164.117,07	172.328,44	103.077,10	111.109,63	164.443,67	156.730,49	40.526,40	47.165,66	3.326,11	11.553,24	475.490,35	498.887,46
ISS, IP - Centros distritais		158.591,40	155.175,24	99.178,38	98.975,79	160.621,24	145.470,26	37.686,27	37.576,29	-	-	456.077,29	437.197,58
Outros		5.525,67	17.153,20	3.898,72	12.133,84	3.822,43	11.260,23	2.840,13	9.589,37	3.326,11	11.553,24	19.413,06	61.689,88
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(804,11)	(585,33)	(570,89)	(404,15)	(451,48)	(356,49)	(730,45)	(738,84)	(555,35)	(1.747,25)	(3.112,28)	(3.832,06)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(87.947,68)	(85.602,36)	(60.657,13)	(60.176,26)	(36.036,49)	(44.533,55)	(62.210,97)	(51.669,65)	(39.376,24)	(43.449,49)	(286.228,51)	(285.431,31)
Gastos com pessoal	11	(213.101,75)	(216.005,82)	(107.877,36)	(113.287,03)	(162.452,90)	(136.816,29)	(103.809,22)	(116.546,12)	(102.455,03)	(121.796,93)	(689.696,26)	(704.452,19)
Outros rendimentos e ganhos	13.10	18.441,74	17.642,20	9.791,94	8.584,44	17.867,66	14.186,44	10.269,66	10.516,95	9.875,25	10.281,00	66.246,25	61.211,03
Outros gastos e perdas	13.11	(1.662,85)	(1.656,00)	(1.353,17)	(1.036,18)	(1.775,63)	(961,63)	(1.212,76)	(952,76)	(1.049,21)	(1.049,56)	(7.053,62)	(5.656,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(31.797,53)	(26.300,67)	6.858,50	10.770,34	52.424,91	49.245,11	(47.048,34)	(36.993,17)	(16.398,68)	(9.853,98)	(35.961,14)	(13.132,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.12	(7.163,74)	(8.607,17)	(5.105,38)	(6.134,08)	(4.737,81)	(5.692,45)	(3.708,63)	(4.455,89)	(4.633,89)	(5.567,57)	(25.349,45)	(30.457,16)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(38.961,27)	(34.907,84)	1.753,12	4.636,26	47.687,10	43.552,66	(50.756,97)	(41.449,06)	(21.032,57)	(15.421,55)	(61.310,59)	(43.589,53)
Juros e gastos similares suportados	13.13	(414,84)	(225,74)	(295,62)	(160,90)	(274,34)	(149,32)	(214,74)	(620,88)	(267,74)	(146,04)	(1.467,28)	(1.302,88)
Resultado antes de impostos		(39.376,11)	(35.133,58)	1.457,50	4.475,36	47.412,76	43.403,34	(50.971,71)	(42.069,94)	(21.300,31)	(15.567,59)	(62.777,87)	(44.892,41)
Imposto sobre rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		(39.376,11)	(35.133,58)	1.457,50	4.475,36	47.412,76	43.403,34	(50.971,71)	(42.069,94)	(21.300,31)	(15.567,59)	(62.777,87)	(44.892,41)

25 de setembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Euros	
							Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	113.976,72	311.506,93	(2.159,69)	221.009,52	(2.421,95)	641.911,53	641.911,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	2	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(44.892,41)	(44.892,41)	(44.892,41)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					(44.892,41)	(44.892,41)	(44.892,41)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações			-	(7.301,95)	(39.114,12)	2.421,95	(43.994,12)	(43.994,12)
	5	-	-	(7.301,95)	(39.114,12)	2.421,95	(43.994,12)	(43.994,12)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+4	113.976,72	311.506,93	(9.461,64)	181.895,40	(44.892,41)	553.025,00	553.025,00



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Euros Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	113.976,72	311.506,93	(9.461,64)	181.895,40	(44.892,41)	553.025,00	553.025,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(44.892,41)	(5.556,93)	44.892,41	(5.556,93)	(5.556,93)
	7	-	-	(44.892,41)	(5.556,93)	44.892,41	(5.556,93)	(5.556,93)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(62.777,87)	(62.777,87)	(62.777,87)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(17.885,46)	(17.885,46)	(17.885,46)
	10	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	113.976,72	311.506,93	(54.354,05)	176.338,47	(62.777,87)	484.690,20	484.690,20

Pinhal Novo, 25 de setembro de 2019

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		414.691,06	419.992,39
Pagamento a fornecedores		273.325,71	297.249,98
Pagamentos ao pessoal		700.093,43	692.157,47
Caixa gerada pelas operações		(558.728,08)	(569.415,06)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(9.776,41)	(5.798,39)
Outros recebimentos/pagamentos		46.645,48	46.294,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(502.306,19)	(517.322,51)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		5.476,50	8.131,47
Activos intangíveis		-	442,80
Investimentos financeiros		381,36	1.444,40
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		475.490,35	465.330,27
Juros e rendimentos similares		-	165,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		469.632,49	455.476,60
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	30.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		10.506,51	23.506,74
Juros e gastos similares		1.467,81	1.302,88
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(11.974,32)	5.190,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(44.648,02)	(56.655,53)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	105.556,36	162.211,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	60.908,34	105.556,36

Pinhal Novo, 25 de setembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Cláudia Sofia Farto Timóteo
CC Nº 65250

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho dos Reis



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (CSPPN), NIPC 502073748, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e foi constituído em 09 de janeiro de 1987 por iniciativa da Fábrica da Igreja e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Setúbal.

O CSPPN tem a sua sede social em Pinhal Novo, Largo José Maria dos Santos, Nº 25-A, tendo como estabelecimentos o Centro de Dia que funciona no Nº 25 e a Creche e Jardim de Infância no Nº 14 do Largo José Maria dos Santos, Pinhal Novo.

Os fins e objetivos concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Creche Familiar e Pré-Escolar, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras;
- c) Apoio à Juventude, facultando-lhes Cursos de Formação Profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- d) Apoio à família;
- e) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras;
- f) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- g) Apoio à integração social e comunitária, nomeadamente dos imigrantes;
- h) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- i) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- j) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- k) Resolução dos problemas habitacionais das populações;



I) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

As atividades do CSPPN são constituídas atualmente pelas respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, CATL e Centro de Apoio ao Estudo na área da infância, Centro de Dia e Apoio Domiciliário na área de Idosos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

→ **Pressuposto da continuidade**



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

→ **Regime da periodização económica (acréscimo)**

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “**Devedores por acréscimos de rendimento**”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “**Credores por acréscimos de gastos**”.

→ **Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

→ **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

→ **Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-ESNL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.



2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “**Juros e rendimentos similares obtidos**” se favoráveis ou “**Juros e gastos similares suportados**” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “**Outros rendimentos e ganhos**” se favoráveis e “**Outros gastos ou perdas**” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “**ativos fixos tangíveis**” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “**Outros rendimentos e ganhos**” ou “**Outros gastos e perdas**”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir 01/01/2016.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.



As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões na data do balanço, foram objeto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustados e estimados outros valores.

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis do CSPPN com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estas inerentes.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Neste capítulo é adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

INVENTÁRIOS

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários

RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto **12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo**, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;



- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

A Instituição não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços se encontra isenta.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

CLIENTES/UTENTES E OUTRAS DÍVIDAS A RECEBER

As dívidas dos Clientes/Utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «**outros terceiros**» encontram-se mensuradas ao custo.

As contas de “**Clientes**”, “**Clientes/Utentes**” ou de “**Outros valores a receber**” são registadas pelo seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “**Perdas por imparidade acumuladas**” por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “**Financiamentos obtidos**”, expresso no “**passivo corrente**”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

PROVISÕES

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Instituição. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de **“Outras variações nos capitais próprios”**. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das atividades subsidiadas.



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica “*Fundos Patrimoniais*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos por terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

PERIODIZAÇÕES

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de janeiro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos do CSPPN.



3.3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «*Caixa*» e «*Depósitos bancários*» apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Caixa	672,34	225,99
Depósitos à ordem	236,00	29.297,06
Depósitos a prazo	60.000,00	76.033,31
Total	60.908,34	105.556,36

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.



6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, reconciliação da quantia escriturada em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresenta a seguinte decomposição:

RÚBRICAS	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total	2018
Activo bruto:								
Saldo Inicial	6.000,00	701.076,70	39.686,54	132.084,31	178.357,29	6.003,01	1.063.207,85	
Aquisições	-	-	676,50	-	-	-	676,50	
Saldo Final (1)	6.000,00	701.076,70	40.363,04	132.084,31	178.357,29	6.003,01	1.063.884,35	
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade:								
Saldo Inicial	-	234.650,63	37.443,86	106.625,61	176.715,26	5.841,45	561.276,81	
Depreciações do Exercício	-	15.940,54	1.636,92	7.770,92	1,07	-	25.349,45	
Saldo Final (2)	-	250.591,17	39.080,78	114.396,53	176.716,33	5.841,45	586.626,26	
Activo Líquido = (1) - (2)	6.000,00	450.485,53	1.282,26	17.687,78	1.640,96	161,56	477.258,09	
RÚBRICAS	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total	2017
Activo bruto:								
Saldo Inicial	6.000,00	701.076,70	39.286,55	132.084,31	175.425,81	6.003,01	1.059.876,38	
Aquisições	-	-	399,99	-	2.931,48	-	3.331,47	
Saldo Final (1)	6.000,00	701.076,70	39.686,54	132.084,31	178.357,29	6.003,01	1.063.207,85	
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade:								
Saldo Inicial	-	218.877,99	35.980,94	97.229,69	173.183,78	5.547,25	530.819,65	
Depreciações do Exercício	-	15.772,64	1.462,92	9.395,92	3.531,48	294,20	30.457,16	
Saldo Final (2)	-	234.650,63	37.443,86	106.625,61	176.715,26	5.841,45	561.276,81	
Activo Líquido = (1) - (2)	6.000,00	466.426,07	2.242,68	25.458,70	1.642,03	161,56	501.931,04	

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da Entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Inventário em 31-Dez-2017	Inventário em 31-Dez-2018	
				Compras	Inventário em 31-Dez-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	3.832,06	-	3.112,28	-
Total	-	3.832,06	-	3.112,28	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			3.832,06		3.112,28

8. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:



Descrição	2018	2017
Vendas	-	2.035,50
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores:	382.920,25	363.715,83
Creche	85.569,76	72.594,93
Pré-Escolar	61.955,35	60.331,18
Centro de Dia	61.148,91	62.942,72
Apoio Domiciliário	68.171,34	59.270,90
Centro de Apoio ao Estudo	26.795,74	21.174,69
CATL	79.279,15	87.401,41
Quotas e Jóias	8.462,00	8.873,85
Promoções para captação de recursos	124,00	-
Outros serviços secundários	16.886,68	51.515,65
Total	408.392,93	426.140,83

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Instituição não tem processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

A Instituição não tem processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos:		
Instituto da Segurança Social:		
Infância e Juventude:		
Creche	158.591,40	155.175,24
Pré-Escolar	99.178,38	98.975,79
Terceira Idade:		
Centro de Dia	37.686,27	37.576,29
Apoio Domiciliário	160.621,24	145.470,26
	456.077,29	437.197,58
Subsídios de outras entidades:		
IEFP:		
Programas de Emprego	7.941,93	21.901,35
Autarquias Locais:		
Camara Municipal de Palmela	1.075,20	775,20
Outras entidades:		
BPI Capacitar	-	33.557,19
	9.017,13	56.233,74
Doações e heranças:		
Donativos diversos	10.395,93	5.456,14
	10.395,93	5.456,14
Total	475.490,35	498.887,46

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente de 5.

Os órgãos diretivos da Instituição são todos voluntários e não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 43 e em 2017 foi de 44.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	550.664,44	568.007,23
Indemnizações	4.649,76	3.076,37
Encargos sobre as Remunerações	112.860,33	116.174,55
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.278,11	2.246,21
Outros Gastos com o Pessoal	17.243,62	14.947,83
Total	689.696,26	704.452,19

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Instituição não apresenta em 31 de dezembro de 2018 dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social em 31 de dezembro de 2018 se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



13.1. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Com o objetivo de assegurar o direito aos trabalhadores do recebimento efetivo da compensação devida por cessação do contrato, o Governo publicou a Lei nº 70/2013 de 30 de Agosto, onde foram estabelecidos regimes jurídicos para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), a vigorar a partir de 1 de Outubro de 2013, aplicando-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após 30 de Setembro de 2013. Passa a ser obrigatória a entrega mensal de 0,925% a descontar para o FCT e de 0,075% a descontar cumulativamente para o FGCT, dos valores que incidem sobre a retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador.

Os montantes mensais para o FCT foram reconhecidos como um ativo financeiro da Instituição, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando-se que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo poderá ser um referencial prático para o efeito. Os montantes mensais para o FGCT foram reconhecidos como gastos com o pessoal, na rubrica “Encargos sobre remunerações”.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Instituição detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros:		
F.C.T.	4.270,97	3.889,61
Total	4.270,97	3.889,61

13.2. CLIENTES/UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Para os períodos de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “*Clientes/Utentes e outras contas a receber*” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes Utentes C/C	6.131,46	12.429,59
Fornecedores C/C	230,00	559,50
Adiantamentos a Fornecedores	-	2.778,13
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	9.600,00	4.800,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	24.316,45	30.997,75
Outros Devedores	-	400,00
Total	40.277,91	51.964,97



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

13.3. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer:		
Seguros	4.093,56	7.563,98
Conservação e repação	6.396,73	12.270,15
Medicina no trabalho	-	294,54
Total	10.490,29	20.128,67

13.4. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica dos «*Fundos patrimoniais*» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos:	113.976,72	-	-	113.976,72
Fundo social	113.976,72	-	-	113.976,72
Reservas:	311.506,93	-	-	311.506,93
Reservas estatutárias	311.506,93	-	-	311.506,93
Resultados transitados:	(9.461,64)	(44.892,41)	-	(54.354,05)
Outras variações nos fundos patrimoniais:	181.895,40	-	5.556,93	176.338,47
Subsídios:	173.932,01	-	5.556,93	168.375,08
PIDDAC	113.952,20	-	3.640,64	110.311,56
Fundo Socorro Social	51.763,17	-	1.661,90	50.101,27
Outros	8.216,64		254,39	7.962,25
Doações:	7.963,39	-	-	7.963,39
Resultado líquido do período:	(44.892,41)	(44.892,41)	2.421,95	(87.362,87)
Total	553.025,00	(89.784,82)	7.978,88	460.105,20

O aumento na rubrica de “*Resultados Transitados*” refere-se à transferência do valor referente ao resultado líquido do período de 2017.

13.5. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “*Fornecedores*”, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	15.784,40	16.646,37
Total	15.784,40	16.646,37



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

13.6. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «*Estado e outros entes públicos*» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.012,57	-
Total	1.012,57	-
Passivo:		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.532,21	4.886,81
Segurança Social	12.745,75	21.788,32
Outros Impostos e Taxas	10,86	20,10
Total	16.288,82	26.695,23

13.7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «*Financiamentos obtidos*» por via de empréstimos bancários, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Passivo n/corrente:		
Caixa Geral de Depósitos (Locação financeira)	-	8.298,42
Sub-total	-	8.298,42
Passivo corrente:		
Caixa Geral de Depósitos (Descoberto bancário)	4.370,55	-
Caixa Geral de Depósitos (Livrança)	20.000,00	30.000,00
Caixa Geral de Depósitos (Locação financeira)	8.782,72	5.588,65
Sub-total	33.153,27	35.588,65
Total	33.153,27	43.887,07

13.8. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “*Outros passivos correntes*”, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Pessoal:		
Remunerações a pagar	44.113,61	43.094,85
Outros credores	187,87	792,22
Total	44.301,48	43.887,07



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

13.9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “*Fornecimentos e serviços externos*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	115.109,37	130.382,24
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	11.282,67	13.257,68
Publicidade e Propaganda	184,86	982,44
Vigilância e segurança	2.226,44	2.313,85
Honorários	4.712,95	14.653,70
Comissões	24,50	-
Conservação e Reparação	27.059,30	16.237,50
Outros	-	445,14
	45.490,72	47.890,31
Materiais:		
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	375,39	2.273,17
Livros e documentação técnica	-	43,94
Material de escritório	1.033,06	2.730,77
Artigos para oferta	158,82	-
Outros materiais	1.406,73	1.708,88
	2.974,00	6.756,76
Energia e fluidos:		
Electricidade	28.703,09	28.907,39
Combustíveis	13.522,29	15.373,63
Água	4.606,59	5.701,60
Outros	18,35	193,03
	46.850,32	50.175,65
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	510,00	1.953,63
Transportes de pessoal	127,90	-
	637,90	1.953,63
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	4.939,92	623,00
Comunicação	8.145,32	8.394,74
Seguros	8.998,48	3.833,21
Contencioso e notariado	123,00	219,58
Limpeza higiene e conforto	29.029,41	28.816,84
Outros Serviços	23.930,07	6.385,35
	75.166,20	48.272,72
Total	286.228,51	285.431,31



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

13.10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “**Outros rendimentos e ganhos**”, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	44.550,00	48.264,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	175,84
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	6.200,00	1.250,00
Outros rendimentos e ganhos:		-
Correcções relativas a exercícios anteriores	59,61	-
Imputação de subsídios para investimento	5.556,93	5.556,93
Restituição de impostos	9.776,41	5.798,39
Juros obtidos de depósitos	67,00	165,00
Outros rendimentos e ganhos	36,30	0,02
Total	66.246,25	61.211,03

13.11. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “**Outros gastos e perdas**”, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Impostos diretos	486,50	2.264,74
Taxas	467,04	217,22
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	850,00
Correcções relativas a períodos anteriores	3.184,09	1.229,17
Donativos	400,00	600,00
Quotizações	287,00	287,00
Serviços bancários	-	202,00
Outros Gastos e Perdas	2.228,46	6,00
Outros juros	0,53	-
Total	7.053,62	5.656,13

13.12. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «**Gastos de depreciação e de amortização**» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	15.940,54	15.772,64
Equipamento básico	1.636,92	1.462,92
Equipamento de transporte	7.770,92	9.395,92
Equipamento administrativo	1,07	3.531,48
Outros activos fixos tangíveis	-	294,20
Sub-Total	25.349,45	30.457,16
Total	25.349,45	30.457,16



13.13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.467,28	1.302,88
Total	1.467,28	1.302,88
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(1.467,28)	(1.302,88)

13.14. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Após a data do Balanço, não temos conhecimento de tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018.

13.15. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 25 de setembro de 2019.



Centro Social Paroquial
de Pinhal Novo - I.P.S.S.

Pinhal Novo, 25 de setembro de 2019

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Cláudia Sofia Farto Timóteo

(CC Nº 65250)

A DIRECÇÃO

Presidente – Padre Manuel Pinheiro da Silva Ramalho

Vice-Presidente – Albino Mendes Timóteo

1º Secretário – Maria de Fátima Gomes Oliveira Almeida

2º Secretário – Paula Passarinho Reis

Tesoureiro – Maria Irene de Jesus Ferreira Kaiseler